



MUNICÍPIO DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº2794/2025 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

publicada no Site Oficial da Prefeitura

Data: 19 / 12 / 25

Hora: 15h:00

"Altera a Lei Municipal nº2.764/2025 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Nanuque, Estado de Minas Gerais, Gilson Coleta Barbosa, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 7º da Lei nº2.764/2025 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º Poderão candidatar-se no processo de seleção os servidores que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I- Ser Professor de Educação Básica (PEB) ou Especialista em Educação Básica (EEB), detentor de cargo efetivo, contratado ou comissionado na Rede Municipal de Ensino de Nanuque;
- II- Ser profissional da Educação Básica que não exerça a função de professor ou supervisor escolar, exigindo-se, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência comprovada no magistério e formação em Pedagogia Plena ou outra Licenciatura Plena, acrescida de pós-graduação em Gestão Escolar ou áreas correlatas, admitindo-se, para fins de equivalência, comprovação de experiência efetiva em funções de gestão escolar;
- III- Estar em exercício e comprovar tempo de exercício por, no mínimo, 1 (um) ano, ininterruptos ou não, computados nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data da inscrição;
- IV- Estar em situação regular junto à Receita Federal do Brasil;
- V- Não ter sofrido sanção disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos;
- VI- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- VII- Estar apto a exercer plenamente a presidência da Caixa Escolar, em especial, a movimentação financeira e bancária;
- VIII- Não possuir prestação de contas rejeitada por órgão competente em exercício anterior, no âmbito da administração pública, em casos de reeleição.

§ 1º O servidor que, no ato da inscrição, estiver exercendo o cargo de provimento em comissão de Diretor ou a função gratificada de Vice-Diretor, na escola para a qual pretende candidatar-se, fica dispensado da comprovação do tempo mínimo de 1 (um) ano de exercício, de que trata o inciso III deste artigo.

§ 2º A prioridade de candidatura será conferida aos servidores efetivos. Somente na inexistência de candidatos efetivos para determinada unidade escolar



MUNICÍPIO DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

poderão concorrer os servidores contratados ou comissionados, observados os mesmos critérios técnicos e de mérito.

§ 3º § 2º. É permitida a formação de chapas mistas, desde que:

- a) Servidor efetivo concorra com servidor contratado como Vice-Diretor; ou*
- b) Servidor contratado concorra com servidor efetivo como Vice-Diretor.*

§ 5º A homologação das candidaturas observará rigorosamente a ordem de prioridade estabelecida neste artigo, sendo os servidores efetivos preferenciais, seguidos pelos contratados e comissionados."

Art. 2º - O art. 8º da Lei nº2.764/2025 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8º O processo seletivo compreenderá as seguintes etapas:

- I- Prova escrita de conhecimentos específicos;*
- II- Análise de títulos;*
- III- Apresentação do Plano de Gestão Escolar;*
- IV- Consulta à comunidade escolar."*

Art. 3º - O inciso III do art. 11 da Lei nº2.764/2025 passa a ter a seguinte redação:

"III – Alunos com 14 (quatorze) anos ou mais, regularmente matriculados na unidade escolar."

Art. 4º - Os §§ 3º e 5º do art. 16 da Lei nº2.764/2025 passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º No segmento de representantes legais dos alunos menores de 14 (quatorze) anos, o pai, mãe ou responsável por mais de uma criança matriculada na escola terá direito a 1 (um) único voto."

"§ 5º Em caso de irmãos matriculados na mesma escola em que um deles seja maior de 14 (quatorze) anos, este vota por si, mantendo o direito de voto do representante legal do outro filho menor."

Art. 5º - Revoga-se o §5º do art. 18 da Lei nº2.764/2025.

Art. 6º - O art. 20 da Lei nº2.764/2025 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20 Inexistindo candidatos, vencendo a expressão "nenhuma delas" ou não sendo eleita a chapa única registrada nos termos desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação comunicará o fato ao Prefeito Municipal, que designará, em caráter excepcional, gestor(es) escolar(es) temporário(s), observados os critérios técnicos e de mérito estabelecidos nesta Lei.

I – Critérios técnicos:



MUNICÍPIO DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) Possuir os requisitos do art. 7º;
- b) Apresentar plano de trabalho alinhado ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar e às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.
- c) Ter participado de cursos de formação continuada promovidos ou reconhecidos pela Secretaria Municipal de Educação;

II – Critérios de mérito:

- a) possuir avaliação de desempenho funcional satisfatória nos últimos 2 (dois) anos;
- b) comprovar participação ativa em programas de formação continuada, seminários, oficinas ou projetos de inovação pedagógica reconhecidos pela Secretaria de Educação;
- c) demonstrar domínio das práticas pedagógicas e de gestão escolar, evidenciado por resultados positivos no desempenho das funções exercidas e pela participação em ações de melhoria da qualidade educacional;
- d) possuir histórico de compromisso com a aprendizagem dos estudantes, a valorização da equipe escolar e o fortalecimento da gestão democrática;
- e) não ter sofrido penalidades disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos;
- f) apresentar conduta ética, capacidade de liderança, comunicação assertiva e habilidade para a tomada de decisões em contextos escolares.

§ 1º O gestor designado na forma deste artigo atuará em caráter temporário pelo prazo de até 2 (dois) anos, ou até que seja realizado novo processo eleitoral, podendo esse prazo ser prorrogado, uma única vez, por mais 2 (dois) anos, mediante apreciação favorável do colegiado escolar e avaliação da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação será responsável por realizar todo o processo técnico de avaliação, análise curricular, verificação de mérito e desempenho profissional dos candidatos à designação, elaborando parecer conclusivo e submetendo-o ao Prefeito Municipal para fins de nomeação formal.

§ 3º A prioridade de designação será conferida aos servidores efetivos da Rede Municipal de Ensino, que atendam aos critérios técnicos e de mérito previstos neste artigo.

§ 4º Na inexistência de servidor efetivo habilitado ou interessado, poderá ser designado servidor contratado ou comissionado, observadas as mesmas exigências de formação, mérito e ética profissional.

§ 5º A designação será formalizada por ato do Prefeito Municipal, com base no parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Educação, acompanhado da manifestação do colegiado escolar e da documentação comprobatória dos critérios previstos neste artigo.



MUNICÍPIO DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 6º Em caso de empate entre candidatos que atendam aos critérios estabelecidos, terá preferência o servidor com maior tempo de serviço exercício na rede municipal de ensino.

§ 7º A comprovação dos critérios técnicos e de mérito dar-se-á mediante apresentação de documentos, certificados, declarações e relatórios funcionais, a serem analisados por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá realizar entrevista técnica para avaliação de perfil e competências de gestão.”

Art. 7º - O art. 22 da Lei nº2.764/2025 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22 A Comissão Paritária Eleitoral será composta por:

- I – 1 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II – 1 representante da Secretaria Municipal de Administração – Recursos Humanos;
- III – 1 representante do Conselho Municipal de Educação;
- IV – 1 representante das escolas da rede municipal, sendo 1 diretor e 1 professor.

Parágrafo único. Para cada parte será nomeado um suplente”.

Art. 8º - os incisos I e II do art. 27 da Lei nº2.754/2025 passa a ter a seguinte redação:

I – Alunos com 14 (quatorze) anos ou mais, regularmente matriculados na unidade escolar;

II – Pais, mães ou responsáveis legais pelos alunos menores de 14 (quatorze) anos matriculados na unidade escolar”.

Art. 9º - Os §§ 2º e 3º do art. 36 da Lei nº2.764/2025 passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

- I- Requerimento dirigido à Comissão Paritária Eleitoral, indicando os componentes das chapas e os respectivos cargos a que pretendem concorrer;
- II- Todos documentos que comprovem os requisitos do art. 7º;
- III- Proposta de Trabalho tendo como referência o Projeto Político Pedagógico da Escola, Regimento Escolar e o diagnóstico de indicadores educacionais da escola;
- IV- Declaração, de próprio punho, de que nunca exerceu mandato de Diretor e/ou Vice-Diretor na Rede Municipal de Ensino ou, caso tenha exercido, a declaração na qual conste o período e a escola onde cumpriu o mandato;



MUNICÍPIO DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

- V- *Certificado ou declaração de aprovação de no mínimo 60% (sessenta) no exame conhecimentos específicos para processo de seleção de Diretor/vice-diretor, do candidato ou, em caso de chapa, de cada um dos seus integrantes;*
- VI- *Certidão que comprove o tempo de exercício, como servidor efetivo ou contratado, do candidato ou, em caso de chapa, de cada um dos seus integrantes.*

§ 3º Os documentos devem ser apresentados individualmente para cada um dos integrantes da chapa”.

Art. 10 – Fica revogado o art. 83 da Lei nº 2.764/2025.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nanuque/MG, aos dezenove dias do mês de dezembro de 2025.

GILSON COLETA
BARBOSA:73303674604

Assinado de forma digital por GILSON
COLETA BARBOSA:73303674604
Dados: 2025.12.19 15:22:25 -03'00'

Gilson Coleta Barbosa
Prefeito Municipal